



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010967-48.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Repetição de indébito**
 Requerente: **Doroti Marisa de Souza**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória c.c. Repetição de Indébito com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por Doroti Marisa de Souza contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, aduzindo, em síntese, que é portadora de neoplasia maligna de ovário, estando na dependência total de terceiros para sua locomoção. Relata que, apesar de ter obtido autorização para aquisição de veículo com isenção de IPI e ICMS, a requerida não lhe concede isenção quanto ao pagamento do IPVA, sob a alegação de que a sua situação não se amolda nas hipóteses legais para a isenção do referido tributo.

Com a inicial vieram os documentos de fls.14/20.

Pela decisão de fls. 21/22 deferiu-se a liminar para determinar à requerida que se abstenha de lançar o IPVA referente ao veículo descrito na inicial, até decisão final na presente ação e a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça a autora.

Citada a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fl. 28/30). Pugna pela improcedência do pedido, sob o fundamento de que a Lei Estadual nº 13.296/08, em seu artigo 13, inciso III, não prevê isenção na hipótese narrada na inicial e que, para se beneficiar da isenção, é necessário o preenchimento de dois requisitos: i) pessoa com deficiência física que conduza o veículo; e ii) veículo adaptado.

Houve réplica a fls. 33/36.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

No mérito, o pedido comporta acolhimento.

A jurisprudência, em consonância com os princípios constitucionais, tem entendido que a interpretação da norma que regulamenta a matéria deve ser flexibilizada a fim de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atender a todos os deficientes, mesmo nos casos em que o veículo seja conduzido por terceiro, pois, de outra forma, afrontaria ao fim colimado pelo legislador, insito em particular no art. 227, § 1º, II da Constituição Federal, qual seja, o de facilitar a locomoção de pessoa portadora de deficiência física e, efetivamente, integra-la à sociedade. Em análise equivalente, na senda da interpretação teleológica, se somente os deficientes com habilitação fossem abarcados pela benesse, a norma, em apartada aplicação, restringiria a locomoção de deficientes inaptos para dirigir e, na prática, criaria mais obstáculos à sua participação na vida em sociedade e em igualdade de condições.

Neste sentido, inclusive, tem decidido o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

DEFICIENTE FÍSICO. Isenção de IPVA. Pretensão de obter isenção do IPVA de veículo automotor de propriedade de deficientes físicos mentais (Síndrome de Down, Autismo e Mal de Parkinson), embora dirigido por terceiros. Extensão do benefício aos condutores do veículo. Possibilidade. Atendimento ao princípio da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social das pessoas portadoras de deficiência física. Inocorrência de ofensa ao princípio da legalidade ou da separação dos poderes. Lei Federal nº 10.690/2003. Precedentes. Sentença mantida. Recurso improvido. (Apelação nº 1004072-37.2014.8.26.0482, Relator(a): Claudio Augusto Pedrassi; Comarca: Presidente Prudente; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 28/07/2015; Data de registro: 31/07/2015).

APELAÇÃO. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores. Ação Declaratória. Pretensão à isenção de IPVA sobre automóvel de propriedade de deficiente físico não condutor. Possibilidade Interpretação teleológica e sistemática. Aplicação dos princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e isonomia tributária em absoluta consonância com a Constituição Estadual. Prevalência dos preceitos constitucionais que asseguram a proteção especial às pessoas deficientes. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento". (TJSP Apelação nº 001223-09.2014.8.26.0483, 8ª Câmara de Direito Público, Relator: Ponte Neto, Data do julgamento: 20/08/2014).

Ademais, a finalidade da isenção fiscal concedida aos proprietários de veículos portadores de deficiência física é a de garantir sua dignidade e dar o efetivo cumprimento à regra de proteção que lhes foi garantida na Constituição Federal. Fica claro, assim, que a interpretação literal pretendida pela Fazenda, no caso, fere a própria finalidade da lei de isenção tributária.

Neste sentido, aliás, vem se posicionando a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal, como se pode verificar:

"O legislador constituinte, atento à necessidade de resguardar os direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência, assegurando-lhes a melhoria de sua condição individual, social e econômica - na linha inaugurada, no regime anterior, pela EC nº 12/78, criou mecanismos compensatórios destinados a ensejar a superação das desvantagens dessas limitações de ordem pessoal" (ADIN nº 903-6-MG, rel. Ministro Celso de Mello, DJU 24.10.97).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora, além da declaração de isenção para o IPVA sobre o veículo indicado na petição inicial, requer a condenação da requerida à restituição do valor pago a título de IPVA referente ao ano de 2017.

Em relação ao pedido de repetição de indébito, há de ser ponderado que o ato administrativo que reconhece a isenção tem índole meramente declaratória, proclamando situação preexistente e não constitutiva do direito, uma vez que este deriva diretamente da lei, tendo, portanto, efeito retroativo.

Neste mesmo sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IPVA. VEÍCULO ADAPTADO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. ISENÇÃO. CONCESSÃO NATUREZA DECLARATÓRIA. EFEITO RETROATIVO. A concessão de isenção tributária, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.606/89, tem natureza declaratória e efeito retroativo. Precedente do STJ. Segurança concedida. Sentença mantida. Reexame necessário, considerado interposto, desacolhido. Recurso desprovido.” (Apelação nº 0264847-18.2009.8.26.0000, Rel. Des. DÉCIO NOTARANGELI, 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, j. 24.04.2013).

Por isso, a inexigibilidade de IPVA deve ser reconhecida em relação ao IPVA do exercício de 2017, de modo que cabe à requerida proceder à repetição do indébito efetivamente solvido (comprovante de pagamento de fls. 20).

Sobre o valor a restituir, necessário que se adicione correção monetária, que propriamente nada acrescenta ao capital, apenas preservando o valor da moeda, desde o comprovado desembolso e juros simples de mora, à taxa anual de 12%, para que não haja o enriquecimento injusto, devidos a partir do trânsito em julgado, consoante dicção do art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Os juros moratórios serão de 12% (doze por cento) ao ano, não 6%, porque este é o entendimento que mais se afeiçoa ao princípio da isonomia; não se justifica que para a cobrança da dívida fiscal os juros somem este percentual (cf. CTN, artigo 161, par. 1º), deferindo-se muito menos àquele que indevidamente pagou, nas repetições (cf. ATJSP, Apelação Cível 266.753-2, de São Paulo, 5ª Câmara Civil, rel. Des. Maurício Vidigal).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para convalidar a liminar, e declarar a isenção de IPVA do veículo I/Chev Cruze Lt Nb At, placa FIA-8366 em benefício de Doroti Marisa de Souza, bem como a condenar a Fazenda Estadual à restituição do valor do IPVA do exercício de 2017, com correção monetária desde a data do desembolso e juros de mora legais, a partir do trânsito em julgado, tal como preceitua o artigo 167, parágrafo único do Código Tributário Nacional, nos termos da fundamentação acima, apenas com a anotação de que a correção monetária deve observar a "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada".

Diante da sucumbência, condeno o réu a arcar com os honorários advocatícios,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

P I

São Carlos, 28 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**